

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Princípios Político-Pedagógicos
do MOVA-SP

Abril de 1990



Secretaria Municipal de Educação / P.M.S.P.

APRESENTAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Prefeita — Luiza Erundina de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretário — Paulo Reglus Neves Freire

Chefe de Gabinete — Mário Sérgio Cortella; *Assessor Especial* — Moacir Gadotti; *Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento* — Lisete Regina Gomes Arelaro; *Chefe da Assessoria Jurídica* — Eusélia Ferreira Araújo; *Coordenador Geral da CONAE* — Antônio Carlos Machado; *Diretora da DOT* — Ana Maria Saul.

MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Coordenador — Moacir Gadotti; *Coordenadora da Equipe Central* — Maria Stella Santos Graciani; *Equipe Central* — Maria José Vale Ferreira, Robinson Janes, Martha Maria Gonçalves de Carvalho, Maria Alice de Paula Santos, Sônia Maria Nadalin, Silvia Telles Rodrigues

Expediente:

Princípios político-pedagógicos MOVA — SP
Redação: Maria José Vale Ferreira; *Produção:* Assessoria de Comunicação e Imprensa de SME; *Projeto gráfico:* Carlos Gregório Bumajny. *Tiragem:* 3 mil exemplares. Abril/1990.

Com grande alegria coloco nas mãos de vocês este documento dos **Princípios Político-Pedagógicos do MOVA-SP**. É fundamental ao educador fazer a leitura do mundo e dos textos, aprofundando seu referencial teórico à luz da prática que permanentemente se aperfeiçoa.

É com paciência impaciente que aguardo o privilégio de poder acompanhar as atividades dos primeiros núcleos do MOVA-SP, ver alfabetizadores e alfabetizadoras em crescimento contínuo junto com os alfabetizando.

Nossa tarefa é imensa. Lancemo-nos a ela com dedicação e afinho.

Paulo Freire



CONCEPÇÕES

PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: UMA PROPOSTA UNIFICADA

O MOVA-SP, “Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo”, num esforço conjunto entre *S.M.E.-SP* e *Movimentos Populares da Cidade de São Paulo*, deve envolver grande número de educandos. Sendo assim, se faz necessária a construção de uma proposta político-pedagógica unificada, partindo de princípios fundamentais e comuns.

As atividades diárias em alfabetização e pós-alfabetização não podem ser uma acumulação linear de fragmentos isolados de informações, mas um conjunto sistemático e sequencial de ações orientadas por pressupostos claramente delineados e assumidos.

A alfabetização exige, pois, um referencial teórico. Toda prática já implica uma teoria que a fundamenta e não há prática pedagógica neutra — ela é sempre política. Supõe sempre uma visão de mundo, de sociedade, de homem. Supõe então um projeto histórico, uma teoria do conhecimento, a opção por uma concepção de Educação e uma concepção metodológica.

O objetivo deste documento é a explicitação de nossas concepções.

O papel da educação na construção de um novo projeto histórico

Nossa meta é a construção de um novo coletivo social. É a construção de uma alternativa democrática e popular em nosso país, a mudança radical das estruturas políticas e da organização social.

Sabemos que neste processo global de transformação, a Educação não é a única e suficiente alavanca, mas sua função é profundamente necessária. Cada sociedade organiza o sistema educacional que lhe serve mas, contraditoriamente, a Educação pode contribuir para a contínua superação do Sistema social.

A Educação é projeto e processo.

O projeto histórico que vislumbramos para o nosso país é a conquista de uma nova hegemonia, que supõe direção cultural, política e ideológica do povo. Numa sociedade de classes, a educação tem a função política de contribuir para a criação das condições necessárias à hegemonia popular. Portanto, o ato educativo cotidiano não é um ato isolado, mas integrado no projeto social global da luta popular.

A Educação é também processo. É processo de formação e capacitação, apropriação das capacidades de organização e direção para intervir de modo criativo, de modo organizado na transformação estrutural da sociedade, como enfatiza Gramsci.

Esta Educação é libertadora na medida em que tiver como objetivo a ação e reflexão consciente e criadora das classes oprimidas sobre seu próprio processo de libertação, como conceitua Paulo Freire.

Para assumir a hegemonia, o povo precisa de uma Educação de qualidade, precisa munir-se de instrumentais, apropriar-se dos conhecimentos, métodos e técnicas hoje restritos a uma minoria privilegiada. Implica a apropriação sistemática, significativa e crítica de teorias, técnicas profissionais, leitura, escrita, contas. Mais ainda, implica apropriar-se dos métodos de aquisição, produção e divulgação do conhecimento: pesquisar, discutir, debater com argumentações precisas, utilizar os mais variados meios de expressão, comunicação e arte.

A Educação é um direito fundamental, universal e inalienável de todo ser humano. Em nossa sociedade atual, para

fazer valer este direito, se faz necessária a constante cobrança, a pressão dos setores organizados da sociedade civil para que o Estado cumpra este dever. A questão da Educação do povo se resolve sob a condição de uma firme vontade política de um governo compromissado, de fato, com os anseios da população.

O ser humano que pretendemos educar

O ser humano que pretendemos educar é o sujeito capaz de construir a própria História, a partir de uma participação efetiva na sociedade. Um homem engajado nas tarefas do seu tempo. Alguém voltado para a realização de sua individualidade e ainda dotado de consciência social e da apreensão do seu papel histórico, por isso disposto a colaborar na luta popular global pelo direito à substantividade democrática em que todos podem participar, decidir e dirigir a vida social.

Queremos construir a alfabetização capaz de contribuir para a constituição da cidadania. "Cidadão é o indivíduo usando seus direitos civis e políticos e cumprindo seus deveres para com o Estado". (cf. Paulo Freire, 1988:7).

Nosso ideal de homem é o "homem omnilateral" de que nos fala Gramsci: não é mais o homem unilateral, excluído dos bens sociais, explorado no trabalho, mas o homem total: "É o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidade, a uma totalidade de possibilidades de consumo e gozo, podendo usufruir bens espirituais e materiais." (Moacir Gaddotti, 1983:58).



TEORIA DO

CONHECIMENTO



Os procedimentos pedagógicos também não são neutros. Partimos de uma concepção metodológica geral vinculada a uma determinada teoria do conhecimento.

O conhecimento é o movimento da *síncrise* (sensorial-concreto), passando pela *análise* (abstração), chegando à *síntese* (o concreto-pensado, um novo concreto mais elaborado).

A atividade analítico-sintética é indispensável ao avanço do conhecimento. A análise é a separação dos elementos particulares de um todo. A síntese é a reunificação dos elementos analisados.

Passar do conhecimento sensorial-concreto (o empírico, o concreto pensado) requer esforço. Implica enfrentar um caminho complexo e contraditório. Para atingir o nível concreto mais elevado — o da síntese —, o conhecimento deve passar pela abstração, que é o contrário do concreto. Analisar supõe abstrair, separar mentalmente, isolar um ou mais elementos de um todo, de um objeto de conhecimento em estudo, para descobrir novos aspectos dele e atingir a essência do objeto. Há uma separação (análise) seguida de uma integração profunda (síntese).

Por sua vez, o conhecimento elaborado — a teoria, constitui apenas um momento provisório de síntese. Ela se amplia, se refaz.

“Cada novo conhecimento se produz em unidade e luta com o conhecimento anterior”. (Oscar Jara, 1986:17)

Nossa *concepção metodológica básica* parte da prática, vai à teoria e retorna à prática.

1 - Partir da prática concreta

Perguntar, problematizar a prática. São as necessidades práticas que motivam a busca do conhecimento teórico. Tais necessidades constituem o problema, aquilo que é necessário solucionar. Supõe, pois, identificar fatos e situações significativas da realidade imediata.

2 - Teorizar sobre a prática

Ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado.

O que é teoria? Aprendemos com Kopnin que:

A teoria é o conhecimento que já alcançou certo grau de maturidade, de síntese, sobre fatos que foram descritos, explicados e inter-relacionados entre si.

Explicar é descobrir as causas e as leis das relações entre os fatos. A teoria sintetiza, relaciona os fatos num todo único.

Teoria é o conhecimento no movimento do pensamento. (cf. Kopnin, 1978: 231 e 238)

3 - Voltar à prática para transformá-la

Voltar à prática com referenciais teóricos mais elaborados e agir de modo mais competente.

“Colocar em prática os nossos conhecimentos para responder às exigências e necessidades colocadas pela prática já existente e pela prática ainda inexistente e que precisa ser criada”. (Oscar Jara, 1985:15)

Ao colocar em prática o conhecimento mais elaborado surgem novas perguntas que requerem novos processos de teorização, abrindo-nos ao movimento espiralado da contínua busca do conhecimento.

O paradigma que assumimos: *prática-teoria-prática* evidencia a maneira como concebemos a relação prática-teoria. Os referenciais teóricos não são fins em si mesmos, são meios, servem para melhor compreendermos a prática.

Não é a prática que deve se conformar à teoria, mas é a teoria que deve se conformar à prática e desvelá-la. Valorizamos a teoria como meio de descrição e explicação da prática pedagógica, como momento de síntese, reflexão, decisão sobre a ação educativa. É pela prática que vamos testando a nossa teoria e buscando novas sínteses na interação dialética do velho e novo. Negamos, portanto, a aplicação automática de modelos nacionais e estrangeiros à nossa realidade pedagógica, sem passar pela filtragem da reconstrução pelo educador.

É fundamental, ao educador, buscar o aprofundamento do próprio referencial teórico atual, "fazendo a leitura do mundo e dos textos", como diz Paulo Freire: adicionando novas informações, com estudo, pesquisa bibliográfica e de campo, discussões, confrontando as teorias dos diversos autores, confrontando a nossa própria teoria com a teoria dos colegas e dos autores dos livros.

Num processo ativo, construtivo, crítico e criativo vamos formando a nossa própria síntese, um novo referencial teórico integrado e coerente, no processo dialético laborioso e permanente de inclusão-exclusão, sempre em busca das leis universais da vida. O nível mais avançado da teoria é a descoberta das leis universais da natureza e da sociedade.

Portanto, a teorização não é um processo de imposição de idéias alheias ou do pensamento já elaborado por especialistas e cientistas renomados. Por outro lado, a teorização não é um processo meramente pessoal. É ao mesmo tempo pessoal e coletivo.

"O conhecimento é prático, social e histórico." (Henry Lefebvre, 1983:49-50)

"Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, o homem se educa em comunhão." (Paulo Freire, 1982:28)

O mais importante, então, é aprender a teorizar, apropriando-nos dos métodos e técnicas do conhecimento e colocando-nos numa atitude de questionamento constante sobre os fatos, fazendo nossas análises, deduções e generalizações, recriando o objeto conhecido, integrando-o num todo orgânico, atingindo níveis cada vez mais altos de síntese.

"O processo de aprofundamento do conhecimento que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda, é infinito." (Henry Lefebvre, 1983:241)

"Naquilo que um espírito se satisfaz, mede-se a grandeza de sua perda." (Hegel, in Lefebvre, 1983:241)

"Uma mesma compreensão da prática educativa e uma mesma metodologia de trabalho não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é história, é cultural, é política. É por isso que insisto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas". (Paulo Freire, 1988:8)

Partir do conhecimento do educando e caminhar para a sua superação

Orientada por esta concepção metodológica geral, nossa proposta pedagógica sugere *partir do momento atual do educando*: de suas expectativas, visão de mundo, de seu "universo vocabular" (Paulo Freire); respeitando sua variedade linguística, como propõe a sociolinguística e partindo das suas concepções iniciais sobre a escrita e a leitura, como insiste Emília Ferreiro.

Os temas geradores ou grupos temáticos são os *conteúdos* trabalhados com os grupos em alfabetização. Estes conteúdos não podem ser levados como verdades absolutas, cientificamente neutras, às classes trabalhadoras. Estes conteúdos serão trabalhados partindo-se do conhecimento que os educandos já têm deles. Serão organizadas ocasiões para que este conhecimento se amplie, num processo ativo de construção do pensamento, até atingir níveis mais elaborados e mais críticos desse saber. Cada novo conteúdo pode ser gerado no desenvolvimento do conteúdo anteriormente estudado. Os conteúdos serão trabalhados considerando-se o contexto experiencial dos educandos. Levar em conta o significado e o sentido que cada tema tratado poderá ter para o aluno. Contextualizar uma situação escolar é torná-la significativa aos educandos. É preciso evitar que as tarefas escolares se apresentem artificiais, desvinculadas das condições de vida, de modo solto, fragmentado, sem elos de ligação.

O sentido é o "discurso interior" (Vygotsky) que está subjacente na fala, na interpretação, na reconstrução da leitura, na escrita espontânea.

O "discurso interior" é sempre "diálogo consigo mesmo e com os outros. O discurso oral e escrito traz as marcas do discurso interior e o discurso interior traz as marcas do discurso social" (Vygotsky).

Assim é que nas produções espontâneas dos educandos poderemos descobrir seus valores, imagens interiores, pressuposições, regras de comportamento, crenças, rituais, medos, desejos: marcas da realidade sócio-cultural perpassando as marcas psicológicas.

A alfabetização não é apenas um processo lógico, intelectual, é também profundamente afetivo e social.

É preciso, então, resgatar estas marcas sócio-culturais, afetivas, e, ao mesmo tempo, as construções lógicas, intelectuais,



na observação atenta do educando enquanto realiza as atividades pedagógico-didáticas.

Tão importante quanto partir das condições de chegada do educando será caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem deste momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico da realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado e a aquisição da norma linguística considerada "cultura", "como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão." (Paulo Freire, 1988:13)

A função do educador

No processo dessa superação é essencial o papel do educador.

Há uma distância entre o conhecimento atual do educando e o novo conhecimento que possa vir a ter. Nesse espaço deve atuar com competência o educador.

Segundo Vygotsky, a "zona de desenvolvimento proximal" é a distância entre o "nível do desenvolvimento real", determinado pela resolução de problemas de modo independente, e o "nível de desenvolvimento potencial", determinado pela resolução de problemas sob orientação de adultos ou em colaboração com companheiros mais capacitados.

Portanto, para Vygotsky, o aprendizado não é uma construção individual apenas: é um processo profundamente social. Enfatiza o diálogo e as diversas funções da linguagem na instrução e no desenvolvimento cognitivo mediado. Para Vygotsky, o ensino representa um meio através do qual o desenvolvimento avança. A aquisição do conhecimento não se faz apenas como um processo intra-subjetivo, mas é também um processo inter-subjetivo, social, acentua Vygotsky. O discurso supõe diálogo e se dá na inter-subjetividade. (cf. Vygotsky, 1984:148).

O educador é o mediador do diálogo do educando com o conhecimento, e não o seu obstáculo. Assume a intervenção, a diretividade. Assume a diferença entre o seu saber e o saber do educando, assume a assimetria inicial. O trabalho educativo caminha na direção da diminuição gradativa dessa diferença. Dirigir é ter uma proposta clara do trabalho pedagógico. É propor, não impor.

"O educador que não pode negar-se a propor, não pode também recusar-se à discussão em torno do que propõe, por parte do educando"... "O convencer, enquanto tarefa pedagógica, não é impor, mas é desafiar." (Freire & Beto, 1985:75)

"O educador, enquanto educa, também se educa"... "O educador compromissado com a classe trabalhadora é aquele que está com o educando, não contra ele"... "O diálogo só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Entre esses é a luta que tem lugar". (cf. Paulo Freire, In: Gadotti, Freire & Guimarães, 1985:123)

O educador é político + técnico, insiste Gramsci.

A competência técnica do educador passa pela apropriação da capacidade de dirigir o pedagógico, como sujeito da construção do projeto pedagógico com seus educandos: passa pela apropriação da capacidade de *planejar*, selecionar atividades significativas, interessantes e variadas, teoricamente fundamentadas para atingir objetivos claramente especificados, proporcionando o conhecimento do educando através de *estratégias de intervenção pedagógica*. Passa pela apropriação da capacidade de *observar* as reações significativas, afetivas, culturais e ideológicas do educando durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas; *registrar* as ocorrências significativas e continuamente *avaliar* os avanços do educando, avaliar o processo pedagógico e avaliar-se.

Avaliação é instrumento para diagnosticar a prática global e não apenas parte dela, evidenciando o que precisa ser modificado. Educador e educandos avaliam o seu fazer pedagógico.

Avaliar é diagnosticar a prática para transformá-la.

O educador é pesquisador: estuda, propõe, organiza, observa, intervém, testa seu referencial teórico.

Resgatar a confiança nos educandos das classes populares em sua própria capacidade para aprender, propiciar a eles a oportunidade de aprender com prazer e êxito é tarefa técnico-política fundamental do educador.

"O cumprimento da tarefa do educador progressista implica o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos, implica ainda, de um lado, a luta incansável pela escola pública, de outro, o esforço para *ocupar o seu espaço* no sentido de fazê-la melhor. Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica"... "fazer educação popular na escola pública requer o reconhecimento dos *limites*, que por sua vez, são políticos e históricos"... ir superando esses limites é tarefa prioritária do educador. (cf. Paulo Freire, 1989:12).

É preciso não reproduzir, na intimidade da sala de aula, a submissão da relação autoritária, reduzindo o educando à condição de objeto manipulável, mero receptáculo de postulados, regras, receituários, ameaças, repressões, punições.

É preciso colocar em prática *uma relação pedagógica democrática* aliada à seriedade, à rigorosidade do trabalho e uma didática capaz de resgatar a condição do *educando como sujeito do conhecimento*.

O educando como sujeito do conhecimento

Encontramos em Paulo Freire e Emília Ferreira forte acentuação no papel do educando como sujeito do conhecimento.



O sujeito ativo é aquele que se apropria da capacidade de desvelar as contradições da realidade, de se colocar sempre numa postura inquiridora diante do mundo e, com os outros, atuar como agente histórico; e a nível pessoal, é o sujeito capaz de aprender pensando: formulando hipóteses, considerando as contradições entre as próprias hipóteses construídas, superando os conflitos cognitivos e avançando no sentido de novas reestruturações.

Portanto, é fundamental:

— Possibilitar a emergência do conflito na sala de aula, problematizando as situações vivenciais do mundo social, trazendo as contradições do mundo para melhor conhecê-las na sala de aula, evitando sempre a transmissão bancária e a doutrinação ideológica impositiva, como insiste Paulo Freire;

— Possibilitar a emergência do conflito cognitivo, como insiste Emília Ferreiro.

O conflito cognitivo, segundo Ferreiro, são momentos de perturbação, onde o conhecimento anterior se mostra insuficiente para resolver uma tarefa atual, sendo então urgente enfrentar de frente as contradições entre as próprias hipóteses, não camuflá-las, não permanecer nas compensações cognitivas, para poder sair do impasse (cf. Emília Ferreiro, 1985:31-32).

Nesse momento do conflito cognitivo, a intervenção do educador e dos colegas é indispensável, como ressalta Vygotsky, para acirrar o conflito, com novas perguntas e outras estratégias pedagógicas.



CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Queremos resgatar no nosso conceito de alfabetização a sua dimensão pessoal e social, ou seja, a sua dimensão construtiva e discursiva. (cf. Smolka, 1988).

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global.

Por sua vez, o sistema escrito é sempre um processo e um produto sócio-cultural. A língua é uma realidade em transformação. A aquisição do sistema escrito é um processo histórico, tanto a nível ontogenético, como a nível filogenético. O sistema escrito é produzido historicamente pela humanidade e utilizado de acordo com interesses políticos de classe. O sistema escrito não é um valor neutro.

Portanto, a alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual.

A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica.

Os educadores do Projeto MOVA-SP se lançam ao risco dessa complexa e bonita tarefa: a de resgatar a multidimensionalidade da alfabetização, no exercício mesmo dela; no esforço de conquistar níveis cada vez mais avançados de coerência entre os princípios aqui declarados e a sua concretização prática no dia a dia da alfabetização de jovens e adultos dos movimentos populares.

CONCLUSÃO

Neste processo de pensar a alfabetização que queremos no projeto MOVA-SP vem sendo importante clarificar nossas concepções fundamentais e ressaltar como integramos em nossa síntese atual a tríplice contribuição teórica:

1 — Da concepção de “Educação Libertadora”, alicerçada num projeto histórico;

2 — Do modelo construtivista-interacionista da alfabetização, alicerçada numa teoria do conhecimento e numa concepção geral de metodologia do conhecimento;

3 — Dos estudos científicos da linguagem, ou seja, a Linguística moderna e a sua relação com o ensino da Língua Portuguesa.

São muitos os autores que marcam presença em nossa construção de princípios:

Gramsci, Vygotsky, Paulo Freire
e demais pensadores dialéticos;

Emília Ferreira e demais estudiosos da linguagem, em especial: a Sócio-linguística, Psico-linguística e a Análise do Discurso;

E também todos aqueles autores nacionais e estrangeiros que publicam relatos de sua prática pedagógica fundamentada em princípios educacionais iguais ou compatíveis com os nossos.

COMO PARTICIPAR DO MOVA-SP

1 — O Grupo Popular de Alfabetização e Pós-alfabetização que pretenda integrar-se ao MOVA-SP deverá estar comprometido com uma proposta de alfabetização voltada para o fortalecimento do Movimento Popular.

2 — O Grupo Popular de Alfabetização e Pós-alfabetização que pretenda integrar-se ao MOVA-SP deverá inicialmente constituir-se numa Entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, ou estar ligado a Entidades desta natureza.

3 — A Entidade deverá ter representação no “Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo”.

O Fórum foi criado a partir de uma decisão tirada do Simpósio de Educação de Adultos, organizado pela S.M.E. de São Paulo, em 01/abril/1989.

O Fórum, enquanto organização dos movimentos populares, reúne-se semanalmente, na sede do MOVA-SP, na S.M.E. na Av. Paulista nº 2.198 — 10º andar pra debater questões relativas à construção e funcionamento do Projeto MOVA-SP.

4 — Para que a Entidade se integre ao MOVA-SP deverá atender a critérios mínimos, a saber:

- Já desenvolver, ou pretender iniciar, trabalhos de alfabetização e pós-alfabetização com grupos populares, sem fins lucrativos.

- Que os trabalhos se desenvolvam dentro da concepção político-pedagógica libertadora.

- Que os educadores tenham o domínio da leitura e da escrita;

- Que os educadores populares se comprometam a participar do processo de formação permanente junto ao coletivo dos educadores do projeto MOVA-SP.

O ANALFABETO POLÍTICO

**“O pior analfabeto é o
analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, nem
participa dos acontecimentos
políticos.**

**Ele não sabe que o custo de
vida, o preço do feijão, do
peixe, da farinha, do
aluguel, do sapato e do
remédio dependem das
decisões políticas.**

**O analfabeto político é tão
burro que se orgulha e estufa
o peito dizendo que odeia
política.**

**Não sabe o imbecil que da
sua ignorância política
nascem a prostituta, o menor
abandonado, o assaltante e
o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista,
pilantra, corrupto e lacaio
das empresas nacionais e
multinacionais.**

Bertold Brecht

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. “Alfabetização e Cidadania”. In: Revista Educação Municipal nº 2 — São Paulo, Cortez, 1988.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório. São Paulo, Cortez, 1983.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. Pedagogia: Diálogo e conflito. São Paulo, Cortez, 1985.

JARA, Oscar. “Concepção Dialética da Educação Popular”, In Texto de Apoio nº 2 CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) 1985.

JARA, Oscar. “Como Conhecer a Realidade para Transformá-la? In: Texto de Apoio nº 10. CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) 1986.

KOPNIN, P. V. A Dialética Como Lógica e Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

LEFEBVRE, Henry. Lógica Formal e Lógica Dialética. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A Criança na Fase Inicial da Escrita: A Alfabetização como Processo Discursivo. Campinas, São Paulo, Cortez, 1988.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

MOVA-SP **CADERNO 2**

COORDENAÇÃO MOVA

Av. Paulista, 2198 — 5º andar 01310 — São Paulo
Tel.: (011) 288-6079
